

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE  
CURSO DE PSICOLOGIA**

**ARTHUR ARGONDIZO GONÇALVES**

**REFLEXÕES SOBRE OS SENTIDOS DO ABORTO PROVOCADO: UMA  
ANÁLISE FENOMENOLÓGICA EXISTENCIAL DA ESCOLHA DE  
INTERROMPER UMA GESTAÇÃO**

**SÃO PAULO  
2019**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE  
CURSO DE PSICOLOGIA**

**ARTHUR ARGONDIZO GONÇALVES**

**REFLEXÕES SOBRE OS SENTIDOS DO ABORTO PROVOCADO: UMA  
ANÁLISE FENOMENOLÓGICA EXISTENCIAL DA ESCOLHA DE  
INTERROMPER UMA GESTAÇÃO**

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para graduação no curso de Psicologia sob orientação do Prof. Dr Marcos O. Colpo

Área de concentração: Psicologia

**SÃO PAULO**

**2019**

## **Agradecimentos**

Agradeço aos amigos, à família, à namorada Flávia Borges, ao orientador deste trabalho Prof. Dr. Marcos O. Colpo, e aos professores que tive a oportunidade de conhecer e aprender durante a graduação.

Agradeço à minha orientadora de duas Iniciações Científicas Profa. Dra. Fabíola Freire, que me despertou o interesse pela pesquisa e tanto me ensinou, e à minha parceira destas duas Iniciações Raquel Morales, com quem troquei diversos conhecimentos.

**Autor: Arthur Argondizo Gonçalves**

**Título: Reflexões Sobre os Sentidos do Aborto Provocado: Uma Análise Fenomenológica Existencial da Escolha de Interromper uma Gestação**

**Ano: 2019**

**Orientador: Prof. Dr. Marcos O. Colpo**

## **RESUMO**

O presente trabalho trata-se de um ensaio teórico com base no método fenomenológico existencial, cuja preocupação foi desvelar sentidos que envolvem a decisão de gestantes pelo aborto ou não. O aborto, assim como a eutanásia e o suicídio, faz parte do campo de possibilidades humanas, cujas escolhas estão permeadas por diferentes horizontes de sentidos. Com a intenção de investigar e refletir a respeito desses sentidos o trabalho foi dividido em etapas: Primeiramente foi realizado um ensaio teórico com base em estudos bibliográficos a respeito dos processos que envolvem a liberdade de escolha, em um segundo momento foram apresentados depoimentos de mulheres que vivenciaram uma gravidez indesejada e se depararam com a escolha entre abortar ou não. Os temas mais constantes e significativos desses depoimentos foram separados por categorias de análise, criando unidades de sentido. Em seguida foi apresentada uma revisão sobre a situação de países que legalizaram a realização do aborto, e os riscos envolvidos nesse procedimento. Os resultados mostram que dentre os depoimentos os principais sentidos que envolvem a decisão pelo aborto são: projeto de vida incompatível com aquilo que permeia o nascimento de um filho; decisão imprópria por abortar, tomada por um familiar, e recursos financeiros insuficientes.

**Palavras-Chave: Psicologia, Fenomenologia, Psicologia Fenomenológica Existencial, Reflexões Sobre o Aborto, Aborto Provocado, Sentidos de Abortar.**

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. MÉTODO.....	7
2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	10
3. AS POSSIBILIDADES DE EXISTÊNCIA ENVOLVIDAS NA DECISÃO DE ABORTAR.....	11
4. SENTIDOS QUE CONCORREM PARA UMA DECISÃO EM FAVOR DO ABORTO OU NÃO.....	16
5. OS RISCOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO E DECISÃO PELO ABORTO NOS PAÍSES QUE LEGALIZARAM ESSE PROCEDIMENTO.....	26
6. DISCUSSÃO.....	30
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36

## 1. INTRODUÇÃO:

O presente trabalho trata-se de um ensaio teórico, cuja preocupação é desvelar sentidos que envolvem a decisão pelo aborto ou não. Quando falamos em sentido, estamos nos referindo ao campo semântico da linguística que diferencia significado de sentido. Sentido é algo que se dá num dado contexto e que envolve uma totalidade de sinalizações ou aparências que possam revelá-lo. Segundo Heidegger aparências são modos privativos do fenômeno se mostrar, ou seja, são manifestações que indicam, que anunciam o sentido. Critelli (1996) a título de exemplo diz: “o beijo mostra o amor; a bandeira mostra a pátria; a imagem do santo, que não é o próprio santo, o torna presente” (p.59). Busca-se então refletir quais seriam os sentidos que levariam à ação de abortar ou não. Em termos legais, legisla-se sobre certas condições em que o aborto é passível de ser exercido. No Brasil o aborto é considerado um crime, como penas previstas de 1 a 3 anos de detenção para a gestante, e de 1 a 4 anos de reclusão para o médico ou qualquer outra pessoa que realize em outra pessoa o procedimento de retirada do feto. Porém, não é qualificado como crime quando ocorre naturalmente ou quando praticado por médico capacitado em três situações: (1) em caso de risco de vida para a mulher, causado pela gravidez, (2) quando a gestação é resultante de um estupro, (3) se o feto for anencefálico. Nesses três casos o governo fornece gratuitamente o aborto legal pelo Sistema Único de Saúde. Também não é considerado crime o aborto realizado fora do território nacional do Brasil, sendo possível realizá-lo em países que permitem a prática.

A análise hermenêutica a ser empregada neste trabalho não estará centrada e em consonância às questões institucionais legais, morais ou religiosas, muito embora esses entendimentos possam servir de motivação para não se optar pelo aborto. O âmbito de nossa análise é ontológica, portanto, parte da compreensão do homem, entendido como existente, como ser-aí, livre para decidir sobre si mesmo. Tal liberdade o constitui pela própria condição dele poder-ser. O aborto, assim como a eutanásia e o suicídio fazem parte do campo de possibilidades humanas, assim como o crime ambiental, o homicídio, a tortura, etc. Estamos falando aqui de questões éticas, que nada mais são do que acordos humanos para a vida com os outros (coexistir). O nascimento do que os gregos denominam por Polis é Cidade,

entendida como a comunidade organizada, formada pelos cidadãos (no grego “politikos”), isto é, pelos homens nascidos no solo da Cidade, livres e iguais.

O interesse por essa reflexão nasceu da discussão atual que está em voga no Brasil e em outros países da América Latina a respeito da legalização do aborto, e a partir de conversas com mulheres que passaram pela experiência de uma gravidez indesejada e escolheram abortar. Muito se discute a respeito do direito da mulher em abortar e do direito do feto à vida, mas pouco se fala a respeito dos fatores que envolvem a decisão por abortar ou seguir com a gestação, a qual pode envolver diversos atores e sentidos. Ao investigar os horizontes de sentidos, pretende-se começar a rastrear esse cenário. Não se pretende esgotar o tema, assim como não é possível abordar individualmente tudo aquilo que envolve tal decisão, mas espera-se contribuir para a reflexão sobre o tema.

No primeiro capítulo abordaremos o horizonte metodológico do trabalho; no segundo capítulo traremos uma reflexão fenomenológica sobre o processo de escolha e em que medida o aborto se traduz como uma possibilidade de existência; no terceiro traremos entrevistas retiradas de artigos online, realizadas com mulheres que passaram pelo momento de escolha entre abortar ou não, e os núcleos de sentido retirados dessas entrevistas; no quarto e último capítulo apresentaremos a atual situação das legislações sobre o aborto no Brasil e ao redor do mundo.

## 2. MÉTODO

O presente trabalho trata-se de um ensaio teórico fundamentado na fenomenologia hermenêutica de Martin Heidegger, apresentado na sua ontologia fundamental *Ser e tempo*, publicada em 1927, que consiste em acessar o sentido do ser, ou seja, o sentido de tudo o que se apresenta ao ser-aí. O pesquisador fenomenológico, ao se concentrar nos significados, não está preocupado com fatos, mas com o que os eventos significam para os sujeitos da pesquisa. Este também não se preocupa em chegar a generalizações. (MARTINS, BICUDO, 1989).

Optou-se mais especificamente pelo método fenomenológico de investigação da Fenomenologia Hermenêutica, método este distinto da fenomenologia de Edmund Husserl que se volta para a essência dos fenômenos, sendo estas conceituadas como o invariável dos fenômenos, aquilo que permanece o atemporal. Quando falamos em sentido, estamos assumindo que os mesmos comportam um campo de possibilidades que em relação a uma pessoa pode ser alterado ao longo da existência, quando falamos em ressignificação, estamos admitindo a possibilidade de que o sentido pode ser alterado.

Sentido em alemão *Sinn* = rumo, direção do existir, segundo Heidegger (2009): “[...] Sentido é o contexto no qual se mantém a possibilidade de compreender alguma coisa, sem que ele mesmo seja explicitado ou, tematicamente, visualizado” (p.408). O que se visa nessa pesquisa é revelar os sentidos que concernem a decisão pelo aborto ou por sua renúncia. O sentido está na base dessas escolhas e as sustentam. É importante contemplarmos a diferença entre sentido e significação. Conforme coloca Dias (2017): “Sentido e significado ~ são termos essenciais para dois campos dos estudos linguísticos: a semântica e a pragmática” (p.1). O autor enfatiza que na realidade que tanto a significação como o sentido se definem como ciências que estudam a significação, sendo que no latim significar diz respeito a dar a entender por meio de sinais. A partir dessas considerações podemos observar que a significação envolve duas visões.

A primeira é aquela em que partimos do significado ‘dicionarizado’ de uma palavra ou grupo de palavras para entender a sequência construída com ela ou com o grupo. Na segunda visão, partimos do sentido que um enunciado adquire quando observamos aspectos como: quem disse o enunciado, em que circunstâncias, com que objetivo. (2017, p.1).



Aqui entramos num terreno nem sempre claro, por isso mesmo Heidegger observa que o sentido nem sempre é tematizado ou visualizado, na maioria das vezes ele se encontra encoberto de nós mesmos. Na clínica psicológica perguntamo-nos, por exemplo, pelo sentido dos sintomas, pelo sentido de um sonho, entre outras manifestações. Podemos muitas vezes supor esses sentidos a partir das indicações presentes num dado contexto do enunciado, como a atmosfera afetiva da fala, o seu propósito, ou seja, suas condições de produção. O autor cita um exemplo bastante claro: se dissermos “amanhã será um novo dia” o significado dessa expressão pode até ser redundante, pois certamente que amanhã será um novo dia, no entanto, se essa fala for dita a alguém num contexto negativo dos acontecimentos do dia o sentido da mesma sugere alguma esperança, alguma mudança em relação ao ocorrido.

Nosso empenho nessa pesquisa será realizado a partir de nossas próprias reflexões, no sentido de aproximar possíveis cenários de sentidos que possibilitam ou não a escolha pelo aborto, outro caminho será analisar depoimentos presentes em diferentes mídias, procurando observar conteúdo vivencial de histórias de aborto e não aborto, portanto, o sentido desses depoimentos. Não se trata, portanto de entrevistas a serem realizadas e sim de um acesso a esses depoimentos obtidos em diferentes fontes e até mesmo do senso comum. Podemos também observar posicionamentos de autores sobre esse tema e até mesmo os posicionamentos políticos, partidários na defesa ou nos posicionamentos contrários ao aborto.

O procedimento consiste em debruçarmos sobre estes depoimentos, fazendo uma leitura cerrada dos mesmos, procurando indicativos de sentidos que possam ser constelados e analisados posteriormente.

A fenomenologia hermenêutica sustenta-se numa concepção de fenomenologia, ou seja, da compreensão semântica das palavras fenômeno + logos. Heidegger (2009) no parágrafo sétimo de Ser e tempo assim compreende o fenômeno: “O conceito fenomenológico de fenômeno propõe, como o que se mostra, o ser dos entes, o seu sentido, suas modificações e derivados. Pois o mostrar-se não é um mostrar-se qualquer e, muito menos, uma manifestação” (p.75). Torna-se claro que o que está em jogo no método de investigação refere-se ao ‘ser dos entes, o seu sentido’.

A expressão fenomenologia que contempla a reunião das palavras fenômeno mais logos, parte da significação originária fenômeno que no grego antigo

*phainomenon* diz respeito - “ao que se revela, o que se mostra por si mesmo” (Idem, p.67), portanto fenômeno difere de uma manifestação. Entende-se aqui que as manifestações são modos privativos do fenômeno se mostrar, Heidegger observa no seu texto, três modos da manifestação: o parecer ser; a aparência e a mera aparência. A grosso modo podemos entender essas manifestações e suas interpelações tomando o parecer ser como aquilo que comumente denominamos por equívoco, engano tal como acontece no desvio interpretativo em relação ao sentido de uma ocorrência, que pode ser também em relação a uma percepção (ilusão de ótica), como a compreensão enganosa do sentido de um texto, de uma fala, de uma emoção, ou de um determinado comportamento. As aparências, por outro lado não se referem ao enganoso, mas àquilo que anuncia, indica possibilidades de sentidos embora não os revele na sua totalidade. São aparências: os símbolos, os signos, os fetiches; os ícones; os sintomas, Heidegger cita como exemplo o sintoma da febre. A febre como tal indica algo a respeito do seu sentido e da sua proveniência, no entanto, a febre precisa ser acessada hermeneuticamente de modo que muitas vezes é preciso muitas outras aparências para que o sentido se revele (a inflamação da garganta, a tosse). A mera aparência segundo Critelli (1996): “Trata-se da aparência falsa de algo, mas que se mostra especificamente na sua falsidade. Fala-se de mera aparência para algo que não vai aparecer” (p.59). Nesse sentido falamos de uma simulação, e perceptível como simulação, a autora cita como exemplo: o ouro falso; dólar falso; como um outdoor que anuncia algo que não vai aparecer de fato nele. Esses três modos de manifestação como dissemos são modos privativos do fenômeno se mostrar, nesse sentido é a partir dessas manifestações que a o exercício hermenêutico se exerce.

A partir dessas considerações devemos entender esse empenho hermenêutico consiste numa tarefa complexa em vista do âmbito das manifestações aqui ressaltadas e das intercomunicações entre esses três modos das manifestações. Uma aparência como um sintoma pode ser previamente entendido de modo a nos levar para longe das coisas mesmas, por exemplo, no emprego de outras tantas hermenêuticas sustentadas por teorias, quer sejam elas psicológicas, sociológicas, biológicas, antropológicas, entre outras. Diz Heidegger (2009):

No entanto, como se mostrou nas considerações precedentes, o que, num sentido extraordinário, se mantém velado ou volta novamente a encobrir-se ou ainda só se mostra

distorcido não é este ou aquele ente, mas o ser dos entes. O ser pode-se encobrir tão profundamente que chega a ser esquecido, e a questão do ser e de seu sentido se ausentam. (p.75).

Os resultados, portanto, se apresentam no desvelar dos sentidos, a partir das descrições e da síntese elaborada ao olhar para os fenômenos que se mostraram na leitura das narrativas.

## **2.1. Procedimentos metodológicos**

Para construir uma análise partindo do método exposto, o processo metodológico foi dividido em quatro momentos:

Na primeira parte foi realizado um ensaio teórico com base em estudos bibliográficos a respeito dos processos que envolvem a escolha e suas repercussões existenciais, segundo o referencial fenomenológico, levando em conta as possibilidades de existência envolvidas na decisão de abortar.

Em um segundo momento foram coletados, através de mecanismos de busca online, documentos como notícias, entrevistas e artigos, cujo conteúdo trouxesse diferentes depoimentos de mulheres que realizaram o aborto ou que levaram a gestação até o fim, com o objetivo de reunir tudo aquilo que poderia ser relevante à investigação dos sentidos que perpassam o tema. Em seguida os temas mais constantes e significativos foram separados por categorias de análise, criando o que Bicudo (1989) denomina unidades de sentido. Segundo Bicudo, nesse momento o pesquisador procura colocar-se no lugar do sujeito e tenta viver a experiência vivida pelo investigado, de forma que ele não seja mero expectador, mas alguém que procura chegar aos significados atribuídos vivencialmente. Em seguida põe em evidência, de forma agrupada, os significados retirados da descrição.

No terceiro momento é apresentado de que modo se dá a decisão pelo aborto nos países que legalizaram essa prática, e os riscos envolvidos no processo.

O quarto e último momento consiste em interpretar, discutir e fazer proposições a respeito do que foi levantado anteriormente, na busca da compreensão dos significados trazidos nos núcleos de sentido e possíveis conexões com os conteúdos abordados nos outros capítulos.

### 3. AS POSSIBILIDADES DE EXISTÊNCIA ENVOLVIDAS NA DECISÃO DE ABORTAR

A escolha por abortar ou concluir uma gestação, assim como qualquer outra escolha a ser tomada ao longo da vida, passa pelo campo da liberdade do ser humano, isto é, é mais uma das possibilidades de escolha a serem tomadas ao longo da existência, e que vão orientar o rumo de cada existência na sua singularidade e historicidade. Adota-se como liberdade o âmbito de abertura que constitui o ser-aí (Dasein), termo alemão usado por Heidegger para designar o homem como sendo um ente aberto ao ser, aberto às possibilidades de poder-ser. Essa condição do homem como existente (*Ek-sistente*), coloca o homem lançado em possibilidades, existindo adiante de si, projetando-se em possibilidades (transcendência). Liberdade, no entanto não é poder ser tudo, mas poder decidir-se por algo, sendo que tal decisão sempre envolve renúncia (deixar algo que não escolheu). Muitas são as interpretações da liberdade vividas no enredo social de uma dada existência. Podemos dizer que muitas interpretações são pouco meditadas no âmbito do senso comum.

É importante pontuar que a liberdade que tratamos até aqui não condiz com uma noção de liberdade na qual o indivíduo estaria livre de restrições do mundo, ou seja, não se está desconsiderando as restrições de liberdade impostas pela cultura, pelas leis que legislam sobre o aborto, etc. Estamos aqui observando a liberdade no seu sentido ontológico, mas sabemos que onticamente a liberdade não se exerce sem facticidade, ou seja, sem contextos que não escolhidos por nós, que nos são dados. Trata-se da ideia de liberdade como uma abertura que diante dessas condições fáticas o ser-aí pode escolher/decidir. Jean-Paul Sartre (1997) foi autor de uma famosa frase que diz “não importa o que fizeram comigo, importa sim o que eu fiz com o que fizeram comigo”. Essa frase sustenta o protagonismo do homem frente aos acontecimentos da existência, sendo que para o filósofo o pior dos cenários é a ‘má fé’, ou seja, o cidadão eximir-se da responsabilidade de escolher, por exemplo, vitimizandose.

Um autor significativo para a Daseinsanalyse, Pompéia, coloca a liberdade a serviço do cuidado do sentido, ou seja, de que cuida o ser-aí senão do seu estar-aí, e o seu estar consiste no cuidado com o seu pertencimento, com sua familiaridade no mundo.

Freitas (2011) explicita que até mesmo a experiência humana mais plena de liberdade tem como condição necessária o acolhimento de limites. O próprio fato de sermos mortais fadados a cuidar de nossa existência, jogados num mundo que nos impõe seus próprios limites e possibilidades, inviabiliza a experiência humana de liberdade como ausência de privação. Sendo o aborto uma prática ilegal no Brasil, exceto em raras exceções, a ação de abortar é sem dúvidas passível de privações.

O foco da discussão deste capítulo, no entanto, não é a privação imposta pela legislação, até porque, mesmo estando a lei em vigor, o site Human Rights Watch (2018) apresenta dados do Ministério da Saúde que estimam que em 2015, apesar de 416 mil mulheres brasileiras terem realizado aborto, apenas 1.667 abortos legais foram registrados por médicos naquele ano, o que nos dá pistas de que a proibição do ato não é diretamente determinante para a escolha de se fazer ou não. O que se pretende discutir neste capítulo é, independente das privações legais, em que medida o aborto se traduz como uma possibilidade da existência de uma gestante?

Retomando o tema da liberdade, já exposta a ideia de que a liberdade leva o ser-aí a responsabilizar-se e tomar rédeas de sua existência, pensemos de que modo o campo da liberdade faculta o ser-aí para decisões, tanto em relação a si-mesmo como em relação ao seu coexistir, pois toda e qualquer decisão terá impactos sobre si-mesmo e sobre os outros.

Exploremos então de que forma Heidegger pensou sobre as escolhas e decisões. Colpo (2017) apresenta dois caminhos possíveis para se compreender a decisão a partir da obra *Ser e Tempo* (1927), de Martin Heidegger (1889-1976):

O primeiro concerne ao entendimento de que o poder de decisão/escolha realiza a própria essência do homem como existente, ou seja, de que este ente está aberto às possibilidades de ser e que o 'vir-a-ser' ou 'poder-ser' do ser-aí está inscrito no âmbito de uma temporalidade e historicidade, cuja biografia deverá ser construída a partir da facticidade e da sua liberdade (suas escolhas); O segundo posicionamento refere-se à compreensão de que o 'quem' do ser-aí na cotidianidade não é o 'si-mesmo-próprio', nesse sentido Heidegger compreende na sua ontologia que 'ser-si-mesmo-próprio' consiste na apropriação de suas escolhas e consequentemente de 'si-mesmo'.(p 3)

Destaca-se desse trecho que o poder de fazer escolhas anda junto com a condição de liberdade do homem, e para se aproximar do sí-mesmo-próprio se faz

necessário apropriar-se de suas escolhas, tomar conta daquilo que é escolhido ao traçar seu caminho de vida.

Heidegger observou em *Ser e tempo* que o contexto de nossas escolhas articulam-se a um existencial fundamental que chamou de *sorge*, traduzido do Alemão como cura, ou cuidado. Oliveira e Santos (2010) trazem o conceito de *sorge* como sendo um cuidado do próprio estar-aí como ser-no-mundo e o dos outros em geral e é com base nesse cuidado que se encontram as decisões, as escolhas.

Todas as decisões humanas realizam cuidados, e até mesmo descuidos em relação a 'si-mesmo' e aos outros. Quando um presidente de um país, por exemplo, resolve declarar guerra ou usar armas de extermínio, etc, está lançando mão de uma escolha que certamente ocasionará consequências nefastas às pessoas, mesmo que o sentido dessa escolha esteja alinhavado a propósitos aparentemente justificáveis.

Dizer que o ser humano realiza escolhas com base no cuidado não significa dizer que estas escolhas serão sempre com um fim de cuidar da própria existência, cuidar do estar-aí.no mundo. O cuidado ou a preocupação podem ser exercidos visando tanto o cuidado para com o sentido da nossa existência, como também pode o ser-aí, pegar carona em contextos impessoais, submetendo-se ao outrem, e alienando-se de um cuidado próprio em relação a si-mesmo. Sabe-se, no entanto, que o homem coexiste no mundo, e é cercado por ideais, valores e tabus, que podem conflitar na hora das decisões, correndo-se o risco de torná-las impróprias.

Visto isso, não podemos negar que hoje no Brasil a decisão por abortar é encarada por muitos, principalmente por aqueles desfavoráveis ao aborto, como um ato de não cuidado com o outro, no caso do feto que estava sendo gestado. Temos nesse caso uma confrontação entre o cuidar da própria existência e o cuidar de uma possibilidade futura sendo gestada, pela qual somos responsáveis.

Sem entrarmos no mérito do que é certo nesse caso, ou na discussão sobre o feto representar ou não uma existência durante a gestação, falemos sobre a gestante. Esta segue fazendo suas escolhas e traçando sua própria existência durante o período de gestação, e isto significa estar se deparando com diversas possibilidades de escolha, dentre elas a de não dar continuidade à gestação, através do aborto provocado.

No contexto de um país como o Brasil, onde os julgamentos em relação à opção pelo aborto acabam seguindo por diferentes horizontes como os aspectos morais, religiosos dentre outros do senso comum, a escolha do ser-aí não se encontra isenta dessas influências, podendo as decisões ficarem ancoradas em modos impróprios e impessoais de ser no mundo. Nesse caso, a decisão muitas vezes pode ser delegada a outros, ou imputada aos outros impossibilitando que o ser-aí se aproprie de uma escolha no sentido próprio. Cabe ressaltar que na ontologia de Heidegger, o ser-si-mesmo-próprio, consiste na apropriação de uma escolha, no empunhamento de uma decisão, que envolve, responsabilidade e cuidados assumidos pelo ser-aí em relação às consequências dessa decisão. Mesmo não sendo possível avaliar os efeitos em longo prazo de qualquer decisão tomada de modo próprio ou impropriamente, é inegável que ter ou deixar de ter um filho traz modificações ao projeto de vida de quem vivencia essa experiência, daí a importância de se apropriar da escolha.

Uma decisão tomada de modo próprio, no sentido de empunhar essa escolha, permite à gestante e ao parceiro quando este está também em jogo, um apropriação dessas consequências em relação ao projeto de vida de ambos. Isto não significa dizer que esta decisão necessariamente é tomada sozinha, ela pode ser compartilhada e discutida com outros, de modo a se chegar a um entendimento sem deixar de ser algo em que o ser-aí possa se apropriar. Como foi dito, em muitos casos esse processo de decisão envolve as duas pessoas responsáveis pela gravidez em curso, outras vezes essa decisão é só, sem que haja a participação do parceiro, por diversos motivos.

Há ainda fatores que concorrem desfavoravelmente a esse empenho pela decisão apropriada, como o tempo. Sulina (2013) coloca que médicos especialistas afirmam que o aborto realizado em até 12 semanas é mais seguro, isto é, existe um prazo de três meses para a tomada de decisão, prazo este que pode ser ainda menor quando a gestante demora a descobrir a gravidez.

Procurou-se trazer, neste capítulo, uma rápida discussão a partir da fenomenologia existencial a respeito de como se dão as escolhas, assim como algumas reflexões acerca do impacto dessas escolhas no contexto da interrupção ou não de uma gestação. Cabe aqui uma reflexão a respeito da questão aberta no

início do capítulo, que diz “em que medida o aborto provocado se traduz como uma possibilidade da existência?”.

Pensando o aborto provocado como o desfecho de um processo gestacional que havia se iniciado, peguemos o que trouxe Pompéia e Sapienza (2004), que colocam que o desfecho pode ser visto de três maneiras distintas: O primeiro sentido como ação, o momento em que alguma coisa se realiza; em um segundo sentido como um final, encerramento, realização de algo que vinha sendo preparado, um fechamento; ou ainda, em um terceiro sentido, esmiuçando a palavra des-fecho, como algo que ao mesmo tempo em que encerra, fecha, também é abertura.

É por conta deste terceiro sentido, de abertura, que podemos olhar para a escolha por abortar como uma possível ampliação de possibilidades de existência no caso de mulheres que não possuíam em seu projeto de vida a chegada de uma criança. O desfecho dado à gestação assumiria nesse caso o sentido de abertura, o encerrar de um processo para que outros sejam iniciados.

Da mesma forma podemos pensar no caso de mulheres que escolheram por ter o filho em seu projeto de vida. Neste caso a chegada de um filho seria o desfecho para a gestação, trazendo para vida da genitora a abertura de novas possibilidades no papel de mãe.

Para explorar melhorar esse tema serão apresentados no capítulo seguinte tanto relatos de mulheres que decidiram pelo aborto, quanto daquelas que optaram por seguir com a gestação, para em seguida dar continuidade à discussão.



#### **4. SENTIDOS QUE CONCORREM PARA UMA DECISÃO EM FAVOR DO ABORTO OU NÃO**

Neste capítulo decidimos trazer o testemunho de quem passou pela experiência de uma gravidez não planejada, e vivenciou o momento de escolher por abortar ou não. Entende-se que, mesmo que essa decisão possa ocorrer na relação entre o homem e a mulher é com a mulher que o fenômeno da gravidez se dá, ou seja, as experiências da corporeidade<sup>1</sup> da gestação ocorrem com a gestante. Por exemplo os riscos do aborto, principalmente quando envolve uma prática ilícita, em clínicas não devidamente aparelhadas. Dito isto, este trabalho correria grande risco de se tornar empobrecido caso nós não meditássemos sobre as narrativas de mulheres que vivenciaram tal situação.

##### **II. I Depoimentos de mulheres que decidiram pela realização do aborto<sup>23</sup>**

###### **Giovanna**

Aos 19 anos, fiquei grávida. Eu e meu namorado usávamos camisinha, mas um dia ela estourou. A menstruação atrasou, fiz um exame de sangue que confirmou: gravidez. Contei ao meu namorado e ele me disse que preferia ter o filho. Já minha mãe não teve dúvidas: falou que eu teria de tirar o bebê. Na época, eu cursava pré-vestibular e não trabalhava, mas tinha dúvidas se queria abortar ou não. Tomei a decisão quando percebi meu corpo mudando. Pensei: 'tem uma criança dentro de mim!'.

Falei para minha mãe que não queria abortar, mas ela foi enfática: se insistisse nisso eu iria para o olho da rua. Cedi à pressão e fui a uma clínica que uma amiga dela indicou. Quando chegamos lá, me examinaram e marcaram para aquela noite. Minha mãe não pôde ir porque tinha prova na faculdade. Eu já não estava mais falando com o meu namorado, que nunca gostou da ideia do aborto. Então, fui

---

<sup>1</sup> O conceito de corporeidade, na perspectiva fenomenológica, diz respeito ao corpo inerente aos processos psíquicos, onde não é feita a separação corpo e mente.

<sup>2</sup> O nome das mulheres que consta nos depoimentos é fictício, para preservar a identidade.

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://mdemulher.abril.com.br/familia/aborto-depoimentos-de-quem-fez>>. Acesso em 02/04/2019

sozinha. Fiquei em uma sala com oito garotas. Uma ia abortar pela quarta vez. Outra tinha traído o noivo e ficado grávida. Fui a primeira a ser chamada. Tomei anestesia e apaguei. Quando acordei, me avisaram que poderia ir embora e que era normal ter sangramento na primeira semana. Quando cheguei em casa, bateu o arrependimento e saí quebrando o que via na frente. Sangrei um mês inteiro.

Meu ginecologista encontrou restos placentários dentro de mim. Me internaram para fazer o esvaziamento do útero. Fui levando uma vida normal, até retomar meu namoro no ano seguinte, quando comecei a sentir dores por todo o corpo e a me entupir de remédios. Acabei no hospital e o namoro terminou de novo. Depois dessa crise, comecei a fazer terapia para tratar minha culpa. Quase não falo mais com minha mãe. Há dois anos, me casei, mas não penso ainda em ter filhos. Às vezes, quando vejo uma criança, penso no bebê que poderia ter tido, em como ele seria. Jamais me esquecerei do que fiz. Jamais esquecerei do que fiz. Quando vejo uma criança, penso em como seria o meu bebê.

## **Paula**

Em 2008, descobri que estava grávida do meu segundo filho. Não havíamos planejado. Meu marido adorou a notícia, mas eu, não. Na época, trabalhava vendendo brindes corporativos, não aguentava mais meu emprego, não tinha convênio médico e, por experiência, sabia o tamanho do perrengue de ter filho dependendo de hospitais públicos. Criar um é diferente de criar dois e a Malu ainda era muito pequena na época. Estava convicta da minha decisão, mas meu marido ficava tentando me dissuadir. No fundo, ele sabia que não teríamos condições financeiras para dois filhos. Meus pais, que são evangélicos, também eram contra, mas não teve jeito. Para não ter perigo de me arrepender ou desistir, resolvi tudo rápido. Entre a descoberta da gravidez e o aborto se passaram apenas cinco dias. Lógico que tive momentos de fraqueza.

Pensei se o que estava fazendo era correto. Sou cristã, não frequento a igreja, mas acredito em Deus. Pedi a ele que se abortar não fosse a coisa certa a fazer que não permitisse. Mas aconteceu. Fui a uma clínica ginecológica num bairro legal e paguei R\$ 2.500 em dinheiro pelo aborto. Tudo muito discreto. Apesar do local parecer seguro, fiquei assustada. Estava fazendo algo ilegal e tinha receio de que a cirurgia desse errado. Meu medo se confirmou. Logo após tomar a anestesia, tive uma convulsão, reação alérgica ao medicamento.

Foi tenso. Estava meio dopada e não tinha muito consciência do que estava acontecendo. Quando acordei, o médico me explicou o que tinha se passado. Graças a Deus, não fiquei com nenhuma sequela. Minha recuperação foi rápida. Tomei uns remédios para cólica e dias depois estava menstruada. Hoje em dia, nem penso no assunto. Não questiono se o que fiz foi certo ou errado. Estou em paz comigo mesma. No ano que vem, quero ficar grávida de novo. Eu e meu marido já estamos nos preparando para sermos pais novamente.

## **II. II Depoimentos de mulheres que decidiram pela não realização do aborto<sup>4</sup>**

### **Camila**

Fiquei grávida com 19 anos e tive meu filho com 20, mesmo não sendo uma gravidez planejada escolhi ser mãe, imaginei o que isso significava, senti muito medo, mas reuni todas as forças e acreditei que de um jeito ou de outro eu faria dar certo. Passei 9, quase 10 meses esperando pra conhecer o menino, que é desde o primeiro dia um grande companheirinho pra essa vida.

Acontece que as escolhas das mulheres não são respeitadas, não temos direitos porque não existem condições reais pra que eles existam. Minha escolha de ser mãe não foi respeitada quando não tive nenhum apoio, nem emocional e nem

---

<sup>4</sup>Disponível em [https://www.esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&id\\_article=11417](https://www.esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&id_article=11417) Acesso dia 02/04/2019 às 14:46

financeiro, do pai do meu filho. Minha escolha não foi respeitada, quando tive que esconder que sou "mãe solteira", pra conseguir um emprego e poder sustentar o meu filho.

Minha escolha não foi respeitada, quando tive que escolher entre trabalhar e estudar ou poder passar um pouquinho de tempo com aquele bebê tão pequeno, que eu amava tanto e queria que me reconhecesse como sua mãe. E não foi respeitada, mesmo quando já tinha um emprego na melhor universidade da América Latina e não aceitaram os atestados médicos de acompanhante quando meu filho teve catapora, ou quando quebrou o tornozelo, ou operou o ouvido. o que defendo com toda convicção é que toda mulher deve ter o direito real de escolha, de ser mãe plenamente, e de não ser, se não for o momento certo para ela. Eu só acredito que a escolha da mulher e o direito ao seu corpo e a maternidade serão respeitados, quando o aborto for legalizado e oferecido pelo SUS com segurança e gratuidade. Só um sistema de saúde com uma política integral de respeito à saúde da mulher poderá evitar as mortes de milhares de mulheres, que se veem sozinhas e sem escolha. pela vida das mulheres, o corpo e a escolha devem ser nossos já!

## **Natalia**

Quando descobri estar grávida, vivia no momento circunstâncias me fizeram passar pelo dilema: abortar ou não. A minha gravidez gerou muitas discussões e o foco da situação ficou voltado totalmente para o fato da minha "burrice" e "culpa" por ter engravidado. Então, a primeira coisa que tive que enfrentar, foi o julgamento das pessoas ao meu redor.

Assim, no meio de toda polêmica, escolhi ter o meu lindo filho. Nunca me arrependi. Mas sempre soube que o que mais pesou na minha decisão, foi o fato de saber que tinha condições financeiras e sociais para ter aquele bebê. Não tinha maturidade e inclusive pensava que nem mãe gostaria de ser. Mas na época, me lembro que cheguei à conclusão que, se

tinha condições que me deixavam confortável para ter a oportunidade de aprender a amar aquela criança, então eu deveria ter aquele filho.

Hoje posso olhar todos os dias para ele, sentir todo o amor que construímos juntos, ser grata por toda a alegria e maturidade que ele me trouxe, mas posso também ter a certeza de que tê-lo foi uma decisão minha e de mais ninguém.

Nunca, jamais, me sentiria no direito de julgar outra mulher que decidiu pelo aborto, pois a vida é de cada uma. Cada uma sabe de sua própria história. E cada mulher sabe o que PODE oferecer a um filho.

Diferente do que pensam aborto NÃO é uma decisão simples. No meu caso, se optasse pelo aborto, ainda teria a segurança de poder passar por procedimentos médicos em uma clínica mais segura. Logo, saber que uma mulher decidiu abortar por falta de condições como as minhas, e ainda passar por procedimentos que provocam um risco enorme a sua própria vida, só me faz refletir na falta de igualdade de oportunidades de vida que temos.

Enquanto todos estão perdendo seu tempo em julgar a mulher, a ela que fica a dura e nada fácil decisão de seguir ou não em frente, passar ou não por algo que coloca a sua saúde e segurança em risco.

Nós escolhemos, porque somos nós que sabemos o que podemos ou não podemos oferecer àquela outra vida.

### **II.III Núcleos de sentidos**

#### **A escolha apropriada e não apropriada e suas marcas no tempo**

No caso de Giovana a pressão por parte da mãe, seguida de ameaças, foi determinante para a escolha por abortar. Realiza o procedimento em uma clínica que uma amiga de sua mãe indicou, o que dá mostras da pouca participação

durante todo o processo de escolha, mesmo com o apoio de seu namorado, que era favorável à continuidade da gestação.

Falei para minha mãe que não queria abortar, mas ela foi enfática: se insistisse nisso eu iria para o olho da rua. Cedi à pressão e fui a uma clínica que uma amiga dela indicou.

O discurso revela, também, o quanto a experiência de abortar ainda é vivida por R:

Depois dessa crise, comecei a fazer terapia para tratar minha culpa. Quase não falo mais com minha mãe. Há dois anos, me casei, mas não penso ainda em ter filhos. Às vezes, quando vejo uma criança, penso no bebê que poderia ter tido, em como ele seria. Jamais me esquecerei do que fiz. Quando vejo uma criança, penso em como seria o meu bebê.

A terceirização da decisão no passado é ainda resgatada nas vivências presentes, e afetam diretamente o modo que Giovana enxerga seu futuro, permeado por um sentimento de culpa.

Já o relato de Paula traz uma decisão realizada de maneira mais apropriada, onde as pressões familiares não foram contaminantes o suficiente a ponto de alterarem sua decisão:

Estava convicta da minha decisão, mas meu marido ficava tentando me dissuadir. No fundo, ele sabia que não teríamos condições financeiras para dois filhos. Meus pais, que são evangélicos, também eram contra, mas não teve jeito.

No entanto, recorre à espiritualidade para dividir a responsabilidade de tal escolha:

Pensei se o que estava fazendo era correto. Sou cristã, não frequento a igreja, mas acredito em Deus. Pedi a ele que se abortar não fosse a coisa certa a fazer que não permitisse. Mas aconteceu.

Pode-se desprender dessa fala que a religião serviu como uma aliada para sua decisão, em uma situação na qual sua família e marido não a apoiavam. A figura de Deus agiu como uma espécie de juiz de sua decisão, na busca por amenizar possíveis ônus futuros provenientes de sua escolha.

Na ocasião da entrevista, passado longo tempo desde o abortamento, P. diz não pensar no assunto, e demonstra estar aberta à possibilidade de engravidar novamente, o que demonstra que a vivência de abortar não trouxe restrições de liberdade que a levassem a não experimentar uma gestação novamente.

Hoje em dia, nem penso no assunto. Não questiono se o que fiz foi certo ou errado. Estou em paz comigo mesma. No ano que vem, quero ficar grávida de novo. Eu e meu marido já estamos nos preparando para sermos pais novamente.

### **Conflitos ao lidar com os outros na tomada de decisão**

Em três, das quatro narrativas apresentadas, há conteúdo de conflitos entre as convicções da gestante e das pessoas à sua volta à respeito da gestação. Isto porque de alguma forma essas pessoas participam da existência daquela que está grávida, fazem parte de seu mundo vivido, assim como a criança que nascerá, ou não, também fará parte do mundo destes.

No primeiro caso apresentado, de R, sua mãe utiliza de diversos artifícios para convencê-la a abortar, até que consegue tomar para si a decisão a respeito do corpo de sua filha, mesmo com Giovana e seu namorado resistindo à ideia “*Cedi à pressão*”. No dia do aborto tanto a mãe quanto o namorado não a acompanham até a clínica, e Giovana acaba realizando o procedimento sem apoio. Sua fala que narra seu sentimento e sua reação logo após o procedimento dá indícios da impropriedade da escolha:

Quando cheguei em casa, bateu o arrependimento e saí quebrando o que via na frente.

A marca de uma decisão atravessada afeta de forma direta a relação com sua mãe, e a leva a procurar tratamento psicológico: “*Depois dessa crise, comecei a fazer terapia para tratar minha culpa. Quase não falo mais com minha mãe*”. A relação com seu namorado é retomada: “*Fui levando uma vida normal, até retomar meu namoro no ano seguinte (...)*” mas em seguida há um novo término, que a narrativa aparenta ter ocorrido durante um novo momento de fragilidade:

(...) comecei a sentir dores por todo o corpo e a me entupir de remédios. Acabei no hospital e o namoro terminou de novo.

O último caso apresentado, o de Natalia, assim como o de R, é permeado de pessoas ao seu redor opinando a respeito de sua gestação. *“A minha gravidez gerou muitas discussões e o foco da situação ficou voltado totalmente para o fato da minha “burrice” e “culpa” por ter engravidado”*. No entanto, diferentemente do caso anterior, as reações das pessoas ao seu redor focaram-se no passado, ao fato de ter engravidado, e não às projeções de dar ou não continuidade à gestação: *“a primeira coisa que tive que enfrentar, foi o julgamento das pessoas ao meu redor”*. Ao utilizar o termo “enfrentar”, Natalia exprime que estes julgamentos lhe afetaram de algum modo, que foi um processo trabalhoso superar essa adversidade de sua gestação. Ela então decide seguir com a gravidez e ter o filho:

No meio de toda polêmica, escolhi ter o meu lindo filho. Nunca me arrependi.”. Apesar das diversas intervenções durante sua gravidez L. diz que a decisão final foi sua “(...) Hoje (...) posso ter a certeza de que tê-lo foi uma decisão minha e de mais ninguém.

O depoimento de Camila traz uma crítica à falta de respeito à escolha da mulher não só na parte familiar, mas também nas relações profissionais que tentou estabelecer após saber que estava grávida. Viu sua escolha por ter o filho não ser respeitada em diversos momentos em que tentou seguir sua vida profissional ou de estudante.

Minha escolha de ser mãe não foi respeitada quando não tive nenhum apoio, nem emocional e nem financeiro, do pai do meu filho. Minha escolha não foi respeitada, quando tive que esconder que sou "mãe solteira", pra conseguir um emprego e poder sustentar o meu filho. Minha escolha não foi respeitada, quando tive que escolher entre trabalhar e estudar ou poder passar um pouquinho de tempo com aquele bebê tão pequeno, que eu amava tanto e queria que me reconhecesse como sua mãe.



Aparece aqui um conflito com o outro mesmo depois da decisão por ter o filho já ter sido tomada. Além dos conflitos com pessoas próximas há também um conflito no momento em que a mulher grávida, convicta de sua escolha, se apresenta como gestante para a sociedade.

### **A decisão permeada pelas condições financeiras e sociais no momento da gravidez**

Destaca-se em três, dos quatro depoimentos, questões financeiras fazendo parte da tomada de decisão.

Peguemos como exemplo o seguinte trecho do depoimento de Giovana.:

*Na época, eu cursava pré-vestibular e não trabalhava, mas tinha dúvidas se queria abortar ou não.*

É possível notar que logo após dizer que não trabalhava Giovana. utiliza a condição adversativa “mas”, como quem diz que apesar de não trabalhar, ainda mantinha dúvidas sobre abortar ou não. Compreende-se, portanto, que o fato de não estar trabalhando foi levado em conta no seu processo de tomada de decisão.

Já Paula, apesar de estar trabalhando no momento em que engravidou, fala sobre como sua decisão por abortar foi atravessada pelas dificuldades que poderia enfrentar por não possuir uma renda suficiente para receber o atendimento hospitalar que gostaria, e para cuidar de um segundo filho:

*(...) não tinha convênio médico e, por experiência, sabia o tamanho do perrengue de ter filho dependendo de hospitais públicos. (...) Estava convicta da minha decisão, mas meu marido ficava tentando me dissuadir. No fundo, ele sabia que não teríamos condições financeiras para dois filhos.*

No caso de Natalia, a sua condição financeira no momento da gravidez favoreceu para que sua escolha fosse por não abortar.

*(...) sempre soube que o que mais pesou na minha decisão, foi o fato de saber que tinha condições financeiras e sociais para ter aquele bebê. Não tinha maturidade e inclusive pensava que nem mãe gostaria de ser. Mas na época, me lembro que cheguei à conclusão que, se tinha condições que me deixavam confortável para ter a oportunidade de aprender a amar aquela criança, então eu deveria ter aquele filho.*

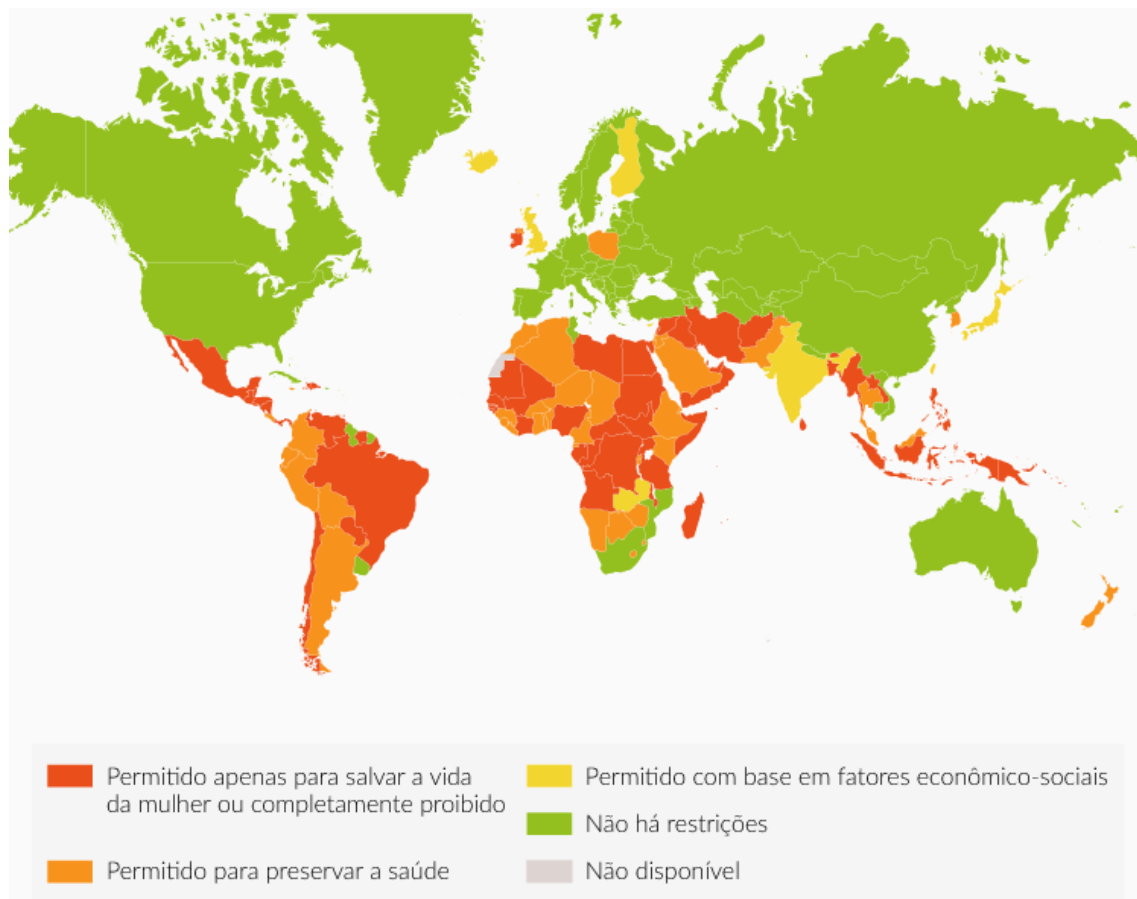
É interessante notar que neste caso, diferentemente do caso de R e P., havia um receio em relação à outras dificuldades que poderiam ser enfrentadas ao decidir por seguir

com a gestação, como o fato de se sentir imatura ou não sentir o desejo de ser mãe. No entanto, a condição financeira favorável fortaleceu a decisão de se lançar a essa experiência.

## 5. OS RISCOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO E A DECISÃO PELO ABORTO NOS PAÍSES QUE LEGALIZARAM O PROCEDIMENTO

Um levantamento realizado por Ruic (2018) aponta que 60% da população mundial vivem em países onde a legislação prevê o aborto, sendo que destes países alguns prevêem o aborto apenas em algumas circunstâncias, enquanto outros em todas. Os dados mostram também que, entre 2010 e 2017, dentre os 56 milhões de abortos registrados no mundo, 45% dos procedimentos aconteceram em más-condições, sendo que 97% destes aconteceram em países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina. Por coincidência ou não, são estes os continentes onde a legislação sobre o aborto é mais restrita, conforme mostra o mapa na figura 1:

FIGURA 1



**FONTE: World Abortion Laws – Center For Reproductive Rights**

As legislações rigorosas, dos países que permitem o aborto somente em casos de risco de vida para a mulher, não são suficientes para impedir que o aborto aconteça em grande escala. No Brasil, por exemplo, um estudo realizado pelo

Instituto do Coração e divulgado por Toledo (2010), avaliou dados colhidos pelo DataSUS entre 1995 e 2007, e mostrou que o procedimento cirúrgico mais realizado na rede pública nesse período foi o de curetagem após aborto, procedimento realizado para retirar restos placentários do útero, com 3,1 milhões de cirurgias registradas. Apesar de não ser possível diferenciar nesses registros o aborto espontâneo do provocado o Ministério da Saúde estima que a maioria das curetagens realizadas é decorrente de aborto provocado.

Hardy e Alves (1992) apontam que o aborto provocado expõe a mulher a riscos e complicações, e que estes diminuem quando o aborto é feito em boas condições. Sem a legislação a seu favor as mulheres que decidem abortar e não podem arcar com os altos custos de uma clínica particular, o que é maioria no Brasil, acabam realizando o procedimento em más-condições e, conseqüentemente, se submetendo a procedimentos de maior risco. Vale pontuar que no Brasil o aborto só é permitido quando há risco de morte para a gestante, quando a gravidez resulta de estupro, ou quando o feto é anencéfalo.

Investigar a relação no Brasil entre más-condições de realização do aborto e riscos à mulher foi o foco da pesquisa realizada por Hardy e Alves (1992), até então essa afirmação era feita com base na experiência internacional que aponta a redução das complicações quando o aborto é legalizado, ou o aumento das mesmas, quando torna-se ilegal. Como conclusão, os pesquisadores apontaram para a existência da relação entre condições socioeconômica desfavorável maior possibilidade de complicação:

Conclui-se, portanto, que o aborto provocado é de risco apenas para quem não tem condições econômicas para pagar a sua realização com as melhores condições técnicas e por pessoal especializado. (Hardy e Alves, 1992, p. 457)

Dentre as complicações resultantes dos abortos mal executados, os autores colocam que tal procedimento pode: afetar as subseqüentes gestações, aumentando o risco de prematuridade, gravidez ectópica, abortamento espontâneo, e baixo peso ao nascer, ou até mesmo levar à morte da gestante. De acordo com Ladipo (1987, apud Hardy e Alves, 1992, p. 454-455) o controle de tais complicações constitui um problema sério, principalmente para as mulheres residentes em comunidades pobres, com poucos serviços médicos disponíveis.

Um dos únicos países da América Latina onde o aborto é legalizado, o Uruguai vêm há décadas utilizando medidas de proteção à mãe que escolhe abortar. Boueri (2018) expõe que foi criada uma normativa em 2004 que trouxe bons resultados na época em relação à mortalidade materna, e estabelecia uma estratégia de atenção integral em saúde como resposta às complicações e à mortalidade em consequência do aborto inseguro, o que preparou o terreno para a legalização, que ocorreu em 2013. Dados do *MSP*, também apresentados no *International Journal of Gynecology and Obstetrics*, mostram que após a normativa as mortes maternas por consequência do aborto em períodos de quatro anos diminuíram de 25 para apenas quatro .

Boueri (2018) relata que o Uruguai mantinha, antes da legalização, uma legislação que despenalizava o aborto em situações de gestação decorrente de estupro, por questões de “honra familiar”, isto é, quando a gravidez era produto de relação fora do casamento, por dificuldades econômicas, ou ainda por risco de morte para a mulher. Após a legalização, a legislação passou a considerar o aborto como legal nas 12 primeiras semanas de gestação, se estendendo à 14 semanas em casos de estupro, e podendo ser maior em caso de risco de morte para a gestante ou anomalias fetais incompatíveis com a vida.

Assim como coloca Maranhão (2018), atualmente, a mulher que decide abortar no Uruguai deve, além de estar residindo há no mínimo um ano no país, se consultar com um médico, realizar exames, para em seguida ser encaminhada a uma equipe formada por ginecologista, psicólogo e assistente social.

Após essa consulta, a mulher tem de esperar ao menos cinco dias --o que a lei chama de "período de reflexão" - antes de prosseguir com o aborto. Em 2017, 6% das mulheres que procuraram o serviço desistiram de interromper a gravidez. (Maranhão, 2018, online)

É possível observar que a decisão da mulher é amparada pelo Estado, que se preocupa tanto com sua saúde física quanto psicológica, oferecendo ferramentas que auxiliam para uma escolha mais segura.

Outro país que recentemente teve o aborto permitido por decisão da mulher é a Espanha. Com a lei denominada “*Lei de Saúde Sexual e Reprodutiva e da Interrupção Voluntária da Gravidez*” aprovada em 2010, as mulheres espanholas passaram a escolher entre dar ou não continuidade à gestação. A principal diferença

em relação à lei uruguaia é o fato de não observar causas, e sim prazos. Isto é, desde que dentro do prazo legal de 14 semanas qualquer mulher tem o direito de realizar o aborto, e o prazo ainda se estende para 22 semanas em casos de riscos à saúde da gestante ou anomalias fetais incompatíveis com a vida.

## 6. DISCUSSÃO

Os núcleos de sentido apresentados, quando relacionados aos demais capítulos, trazem reflexões a respeito dos sentidos que envolvem a decisão das gestantes entrevistadas, apresentados a seguir.

O primeiro núcleo, que versa sobre a “A escolha apropriada e não apropriada e suas marcas no tempo” traz duas experiências completamente distintas sobre o apropriar-se da decisão de abortar. No primeiro caso apresentado, aparece a terceirização da escolha para um familiar, isto é, o cuidado sobre si mesmo é delegado ao outro, é descrito um intenso sofrimento psíquico carregado de culpa e arrependimento, fruto de uma decisão impositiva. Já no outro caso de aborto, onde a gestante prossegue com sua própria decisão mesmo com sua família sendo desfavorável, o ato é significado de maneira completamente distinta, onde a entrevistada diz não questionar se o que fez foi certo ou errado, demonstrando autenticidade na sua escolha.

Faz-nos refletir sobre como nos casos narrados, as escolhas, sejam elas por abortar ou seguir com a gestação, quando feitas de maneira autêntica e apropriadas trouxeram desdobramentos psicológicos para a vida das mulheres completamente diferentes em comparação à narrativa onde a escolha foi feita sem que a mulher se apropriasse de sua decisão.

Há, no entanto, algo que aparece nos dois relatos, e é destacado no núcleo “Conflitos ao lidar com os outros na tomada de decisão” que devemos considerar: a relevância do coexistir. Como apontado no capítulo que versa sobre “As possibilidades de existência envolvidas na decisão de abortar”, as decisões envolvem sempre um existir com o outro, mesmo que a participação do outro aconteça em intensidades diferentes em cada caso. Até mesmo no caso descrito acima, onde a gestante contraria a vontade da família, a escolha passa pela mediação do outro na figura de Deus, momento em que ela descreve que “*Pedi a ele que se abortar não fosse a coisa certa a fazer que não permitisse*”. Kunz (2018) trata essa questão da seguinte forma:

Presume-se que a maioria dos seres humanos diria de si mesmos que eles preferem ter a permissão de escolherem por si mesmos, ao invés de precisarem aceitar uma escolha feita para eles. No entanto, quem é livre para escolher também precisa se submeter a coações. (p.7)

Podemos interpretar as “coações” referidas no trecho como ações tomadas junto aos outros, que coexistem no mundo do Ser-aí. Sendo assim, a liberdade de escolha estaria muitas vezes sendo contaminada com ações de outros. Quando a entrevistada se refere a Deus como mediador da decisão, sem entrarmos no campo da discussão religiosa, podemos dizer que Deus participa do processo como uma existência, que atua nessa situação como co autor da ação de abortar.

Debrucemos então a análise sobre o núcleo “A decisão permeada pelas condições financeiras e sociais no momento da gravidez”. Foram utilizadas neste núcleo trechos de três, das quatro narrativas, sendo que a não utilizada ainda sim cita a questão financeira, mas de maneira mais sutil em relação aos outros relatos.

Os relatos das mulheres possuem uma característica em comum que é de suma importância: todas falam de uma gravidez não planejada<sup>5</sup>. Quando falamos em não planejar estamos falando de surpresa, inesperado, e conseqüentemente em um atravessamento de um projeto de vida, de um plano de conduta que estava em curso, que pode ser intensamente afetado com a chegada de um filho. A depender de como esse plano de vida estava estruturado, a gestante pode se deparar com o dilema do filho como realização ou filho como impedimento de realizações

Nesse momento de possível modificação abrupta do projeto de vida, as condições financeiras e sociais podem ganhar peso na escolha por dar ou não prosseguimento à gravidez, como é trazido nos relatos. No Brasil, apesar dos direitos sociais serem previstos em constituição, nem sempre as condições mínimas de existência são oferecidas pelo Estado, o que obriga famílias a aportarem financeiramente todos os custos para desenvolvimento de uma criança. Nesse caso, possuir recursos financeiros para terceirizar cuidados, algo corriqueiro em famílias de maior poder aquisitivo, acaba sendo uma alternativa utilizada para suavizar tal modificação de projeto de vida, dando maior vazão às realizações pessoais que haviam sido projetados pela mãe antes de descobrir a gravidez.

Há ainda que se falar a respeito da culpa envolvendo a escolha, que aparece nos depoimentos. Como coloca Kunz (2018), o querer-escolher do ser-aí está

---

<sup>5</sup> Optou-se por utilizar o termo “não planejada” apesar de em muitos outros artigos encontrarmos o termo “indesejada”. A escolha se deve ao fato de acreditarmos que o fato da gravidez não ser esperada não significa necessariamente que não havia o desejo de engravidar.



marcado pela negatividade que se atrela à renúncia e às incertezas de toda escolha: a culpa. Isto é, toda escolha inevitavelmente faz com que o ser-aí renuncie outras possibilidades de ser-no-mundo, e a incerteza de ter escolhido pelo melhor caminho pode provocar o sentimento de culpa.

No entanto é preciso considerar um aspecto importante envolvendo a escolha e a culpa na tomada de decisão sobre o aborto, apontado pelas pesquisadoras Silveira e Santos (2017), que envolve a percepção dos limites de autonomia do corpo feminino.

As pesquisadoras colocam que a mulher contemporânea encontra-se dividida (e culpada) entre as possibilidades de independência do corpo, alcançadas muito por conta do controle da sua capacidade reprodutiva (fruto das lutas femininas da década de 1970), e os deveres para com a família. Neste mesmo artigo, as pesquisadoras apresentam o resultados de uma pesquisa realizada com mulheres que vivenciaram o aborto atendidas em um ambulatório de enfermagem ginecológica do Rio de Janeiro, que buscou compreender o entendimento das mesmas acerca da autonomia sobre seus corpos, e analisar a articulação desse entendimento com a experiência de aborto.

Consta, entre os resultados da pesquisa, que as participantes, mesmo afirmando a importância de poderem escolher, demonstraram um sentimento de culpa por não refletirem o ideal feminino de boa mãe. Silveira e Santos (2017) colocam que:

*O aborto aparece carregado de um valor negativo, pois é entendido como um ato que vai de encontro a tal ideal (feminino) e não como uma possibilidade de escolha legítima. (SANTOS e SILVEIRA, 2017 p. 313)*

A partir do que trazem as autoras e da discussão apresentada no presente trabalho no capítulo sobre “os riscos envolvidos no processo e a decisão pelo aborto nos países que legalizaram o procedimento” podemos refletir a respeito de como há diversos fenômenos ocorrendo simultaneamente que acabam distanciando a mulher de uma compreensão do aborto como algo legítimo. Para além da questão do ideal de boa mãe, a mulher esbarra em uma legislação sobre o aborto no Brasil que faz com que a escolha por abortar muitas vezes signifique um risco à própria vida.

Essa situação é trazida de maneira clara nas narrativas de quem optou por seguir com a gestação. Uma das entrevistadas coloca que em seu caso ainda teria a

segurança de poder passar por procedimentos médicos em uma clínica mais segura, diferentemente de outras mulheres que acabam decidindo por abortar e ainda passam por procedimentos que provocam um risco enorme à sua própria vida. Coloca ainda que tal situação a faz refletir sobre *“a falta de igualdade de oportunidades de vida”*.

Outra entrevistada vai além e diz acreditar que a escolha da mulher e o direito ao seu corpo e a maternidade só serão respeitados, quando o aborto for legalizado e oferecido pelo SUS com segurança e gratuidade. Aparece aqui um horizonte de sentido que diz respeito à escolha por abortar estar atrelada ao possuir ou não condições financeiras para realização do procedimento em segurança. Ter condições de pagar uma boa clínica aparece como um fator que possibilita abertura para escolher.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discorrer sobre o tema do aborto foi um grande desafio, pois se trata de um assunto polêmico, objeto de atritos políticos, científicos, religiosos dentre outros ao redor do mundo. Foi possível, no entanto, neste trabalho, sairmos do horizonte dos valores morais para nos aproximarmos um pouco mais daquilo que envolve a experiência humana de escolher ter um filho ou abortar, partindo do relato de mulheres que estiveram envolvidas nesse momento de escolha.

Dentre os sentidos desvelados que envolvem a decisão por abortar podemos destacar: projeto de vida incompatível com o nascimento de um filho; decisão imprópria tomada por um familiar; e recursos financeiros considerados insuficientes. Já os sentidos desvelados nos relatos das que optaram por não abortar destaca-se: condições financeiras para seguir com a gestação, possibilidade de inclusão do filho no projeto de vida de pessoal.

Chama atenção o quanto o viés financeiro perpassou os depoimentos, e acabou sendo muitas vezes decisivo na tomada de decisão. Este fenômeno nos faz refletir na questão da escolha por ser mãe permeada por uma preocupação para além de uma questão de cuidado afetivo com si mesmo e com outro, mas também um cuidado material, a renda familiar atrelada ao cuidado.

A questão financeira acaba incidindo também naquelas que decidem realizar o abortamento. As que possuem condições de bancar um serviço em uma clínica particular acabam realizando um procedimento mais seguro em relação às que acabam utilizando de métodos sem acompanhamento médico. Este fato, atrelado aos dados apresentados que revelam que a proibição não evita que mulheres sigam abortando, nos leva a refletir que a discussão sobre a legalização ou não do aborto pode ser pensada não somente a partir da questão “abortar ou não abortar?”, mas também “realizar o aborto em condições dignas e seguras ou não?”.

Cabe, por fim, ressaltar um aspecto interessante que o presente trabalho revelou. Dentre todos os depoimentos não constaram falas que indicassem um sentido de não escolher abortar por conta da legislação brasileira, que não permite tal procedimento. Tal fenômeno não impediu que surgissem sentimentos de culpa, arrependimento, dentre outros já apresentados, o que significa dizer que legalizar não é isentar as pessoas da culpabilidade, do lidar com as consequências da própria escolha. Legalizar não significa consentir, aprovar, ou até mesmo apoiar, e sim dar o poder de escolha ao cidadão, que será responsável por sua decisão, com a

diferença de que a escolha, após uma legalização, estaria amparada por um procedimento de aborto seguro e digno.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABORTO: depoimentos de quem fez. **Redação M de Mulher**, outubro de 2016. Disponível em: <<https://mdemulher.abril.com.br/familia/aborto-depoimentos-de-quem-fez>>. Acesso em 02/04/2019
- BOUERI, A. Portugal, Espanha e Uruguai: o que aconteceu após legalização do aborto. *Gênero e Número*, 2018. Disponível em: <http://www.generonumero.media/portugal-espanha-e-uruguai-o-que-aconteceu-apos-legalizacao-do-aborto/> Acesso em 24/04/2019
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Organização de Alexandre de Moraes. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- COLPO, M. O. . Sobre os sentidos da decisão/escolha. *Associação Brasileira de Daseinsanalyse*, São Paulo , v. 17, p. 103-131, 2017.
- CRITELLI, D.M. Analítica do sentido. São Paulo, Brasiliense, 1996.
- DIAS, L. F. Sentido, Significado e Significação. Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2017. Disponível em: <http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/sentido-significado-e-significacao>. Acesso em 23/03/2019
- FREITAS, D. P. Daseinsanalyse e liberdade. *Associação Brasileira de Daseinsanalyse*. São Paulo, v. 17, p. 56-82, 2011.
- HARDY, E.; ALVES, G. Complicações pós-aborto provocado: fatores associados. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro , v. 8, n. 4, p. 454-458, Dec. 1992. Disponível em:[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X1992000400010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1992000400010&lng=en&nrm=iso). Acesso em 23/03/2019.
- HEIDEGGER, M. Ser e tempo. Tradução de Marcia Cavalcante Schuback. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- KUNZ, A. H. O sofrimento e a negatividade do querer. Tradução de Prof. Dr. Marco Antônio Casanova I Congresso Internacional de Psicologia Hermenêutica e Fenomenologia: Existência e Sofrimento, Universidade Estadual Santa Úrsula, Rio de Janeiro, 2018.

MARANHÃO, F. Aborto cresce 37% em seis anos de legalização no Uruguai. UOL Notícias, Montividéu, 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/06/19/seis-anos-apos-legalizar-aborto-uruguai-ve-procedimento-crescer-37.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 24/04/2019

MARTINS J., BICUDO M.A. A pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos. São Paulo: Moraes, 1989.

OLIVEIRA, F. R. de; SANTOS, E. S. . O cuidado (Sorge) para Heidegger e para Winnicott. In: VIII Seminário de Pesquisa em Ciência Humanas, 2010, Londrina. Caderno de Resumos, 2010. p. 94-94.

POMPÉIA, João Augusto e SAPIENZA, Bilê Tatit. Na presença do Sentido: Uma aproximação fenomenológica a questões existenciais básicas. São Paulo: EDUC/Paulus, 2004.

RUIC, G. Como o aborto é tratado pelo mundo. Mundo, [S. l.], p. 1-1, 26 maio 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/como-o-aborto-e-tratado-pelo-mundo/>. Acesso em: 22 abr. 2019 às 10:35.

RESUMO do país. **Woman Rights Watch**, janeiro de 2018. Disponível em <[https://www.hrw.org/sites/default/files/brazil\\_port\\_0.pdf](https://www.hrw.org/sites/default/files/brazil_port_0.pdf)> Acesso em 03/06/2019

SARTRE, Jean-Paul. O Ser e o Nada - Ensaio de Ontologia Fenomenológica. Petrópolis: Vozes, 1997

SILVEIRA, L. M. C. da; SANTOS C. S. Percepções de Mulheres que Vivenciaram o Aborto sobre Autonomia do Corpo Feminino. Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Psicologia: Ciência e Profissão Abr/Jun. 2017 v. 37 n°2, 304-317.

SOBRE o aborto: Depoimentos de mães sobre o tema do texto. **Esquerda Diário**, junho de 2016 Disponível em: <[http://www.esquerdadiario.com.br/Sobre-o-aborto-Depoimentos-de-maes-sobre-o-tema?utm\\_source=newsletter&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=Newsletter#comentarios](http://www.esquerdadiario.com.br/Sobre-o-aborto-Depoimentos-de-maes-sobre-o-tema?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=Newsletter#comentarios)>. Acesso em 02/04/2019

SULINA, V. Aborto em 12 semanas é mais seguro e pode ser realizado com remédio, dizem médicos. R7 Notícias, Março de 2013. Disponível em:

<<https://noticias.r7.com/saude/aborto-em-12-semanas-e-mais-seguro-e-pode-ser-realizado-com-remedio-dizem-medicos-21032013>> Acesso em 01/04/2019 às 14:20.

TOLEDO, K. Curetagem após aborto é a cirurgia mais realizada no SUS, revela estudo. O Estado de São Paulo, São Paulo, 14 de julho de 2010 Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/noticias/geral,curetagem-apos-aborto-e-a-cirurgia-mais-realizada-no-sus-revela-estudo-imp-,580854>>. Acesso em 23/04/2019